

RELATÓRIO E CONTAS **2019**

- ✓ **Relatório de Gestão**
- ✓ **Contas**
- ✓ **Anexo às Demonstrações Financeiras**
- ✓ **Certificação Legal das Contas**

Relatório de Gestão

Exercício de 2019

RELATÓRIO DE GESTÃO

Exercício de 2019

Para dar cumprimento do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, a empresa **PUBLISEGUR – CORRETORES DE SEGUROS, LDA.**, com o número de pessoa coletiva 505.100.436 com sede social no Largo de São João, Garden Shopping Center, loja 43, freguesia da Guarda (Guarda), concelho da Guarda, e com o capital social de 50.000,00€ (Cinquenta mil euros), com a atividade principal de corretagem de seguros vem por este meio apresentar o Relatório de Gestão e Contas do exercício económico findo a 31 de Dezembro de 2019, os quais expressam a sua situação financeira e resultados obtidos.

1. Evolução da Conjuntura

Economia Nacional

De acordo com as projeções apresentadas no Boletim Económico publicado em dezembro de 2019 pelo Banco de Portugal, a economia portuguesa continua em expansão mas a um ritmo mais moderado.

As atuais projeções apontam para uma trajetória de desaceleração da atividade económica ao longo do horizonte de projeção, de um crescimento de 2,4% em 2018 para 1,6% em 2022, o que se traduz numa convergência para um ritmo de crescimento próximo do potencial, parte desta evolução decorre de um enquadramento externo menos favorável. O comércio mundial e a procura externa dirigida à economia portuguesa deverão crescer no horizonte de projeção a um ritmo inferior ao observado no período 2014-18, num ambiente de acrescida incerteza global, o que se reflete num crescimento mais moderado das exportações.

Refira-se que os riscos descendentes em torno das atuais projeções de crescimento estão essencialmente associados ao enquadramento externo. O crescimento da procura interna no período de projeção deverá manter-se próximo do registado no passado recente, destacando-se o dinamismo do investimento empresarial.

Em resultado desta evolução, o saldo da balança de bens e serviços volta a apresentar défices, após os excedentes registados em 2013-18. A capacidade de financiamento da economia portuguesa deverá manter-se mas será inferior à observada nos últimos anos, o que exige monitorização num contexto de

níveis de endividamento externo ainda muito elevados. Adicionalmente, a desaceleração projetada do PIB é resultado de um processo de maturação do ciclo económico – observado igualmente nas outras economias avançadas – que se traduz numa aproximação dos níveis de crescimento ao ritmo de crescimento potencial da economia. Sobre este continuam a pesar constrangimentos estruturais, como uma evolução demográfica adversa e dimensões que condicionam o crescimento da produtividade por trabalhador, em particular níveis ainda baixos de capital físico e humano por trabalhador.

Estes constrangimentos estruturais devem constituir os principais eixos de ação da política económica, considerando não apenas a quantidade mas também a qualidade dos fatores. Neste quadro, merecem destaque as medidas que promovam o aumento da produtividade.

Num contexto de limitações ao aumento da oferta de trabalho, a produtividade torna-se o fator crucial de crescimento da economia portuguesa e da sua resiliência face aos desafios da próxima década, onde se incluem também a rápida transformação tecnológica em curso e a sustentabilidade ambiental.

Análise do Sector

A incerteza e a magnitude setorial dos efeitos da pandemia originada pelo COVID-19 é de tal ordem que o Banco de Portugal, no seu Boletim Económico de março de 2020 viu-se obrigado a definir dois cenários para as projeções. Na prática o Banco de Portugal prevê uma recessão má ou recessão muito má para 2020.

A taxa de desemprego que tem vindo a cair sistematicamente nos últimos anos e que terá fechado 2019 nos 6,5% poderá, no cenário mais pessimista, praticamente duplicar para 11,7%. E no cenário menos pessimista traçado pelo Banco de Portugal deverá fixar-se nos 10,1%.

Dos vários ramos, são os seguros de vida que enfrentam o desafio mais difícil, devido à desvalorização das suas carteiras de investimentos. No caso das seguradoras não vida, virá da insolvência de muitas pequenas e médias empresas.

O surto pandémico da covid-19 tem e vai ter impacto significativo no futuro na indústria seguradora. Não só no curto prazo, mas também nos efeitos mais prolongados.

Numa lógica de curto prazo, o património das seguradoras, sobretudo as que comercializam seguros de vida e que dependem em grande parte da performance do risco financeiro, será afetado do lado das responsabilidades perante os clientes, haverá um aumento das indemnizações que se traduz numa deterioração dos resultados e num aumento dos níveis de provisionamento.

A Autoridade de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) adotou um conjunto de medidas de flexibilização, em termos prudenciais, comportamentais e de supervisão, para esta situação epidemiológica.

Na última semana de março, ASF fez chegar a todos os distribuidores de seguros um conjunto de medidas de flexibilização e recomendações no âmbito da evolução da situação epidemiológica da covid-19.

2. Evolução da atividade da empresa

No exercício de 2019 a Publisegur registou um aumento das prestações de serviços, passando de um valor global de 307.695€ em 2018 para 414.910€ em 2019.

O valor dos Fornecimentos e Serviços Externos aumentou cerca de 56% e os gastos com pessoal aumentaram cerca de 30% face ao ano anterior.

O resultado líquido do exercício de 2019 cifrou-se em 8.257€ (em 2018 foi de 5.837€).

3. Análise Económica e Financeira da Empresa

No exercício de 2019 o resultado líquido é positivo em 8.257€.

A empresa melhorou os Capitais Próprios e por conseguinte a sua Autonomia Financeira.

Rubrica	2019	2018	Varição	% Variação
Resultados Líquidos	8 257	5 837	2 420	41,47%
Capitais Próprios	209 355	201 098	8 257	4,11%
Total do Ativo	401 802	396 678	5 124	1,29%
Total do Passivo	192 447	195 580	-3 133	-1,60%
Autonomia Financeira	52,1%	50,7%		

4. Evolução Previsível da Atividade

As consequências da epidemia da Covid-19 já se começam a sentir, tendo a Goldman Sachs revisto a evolução do PIB da China no primeiro trimestre, passando-o de 2,5% para -9%. Também as estimativas para a Zona Euro apontam para que o PIB venha a cair 3,6% em vez de crescer 1,2%, como projetado pela Comissão Europeia no outono do ano passado.

Todos os setores de atividade da economia serão afetados, embora a diferentes graus de severidade e com maior ou menor duração.

No entanto, a Publisegur tem razões para esperar um exercício de 2020 na linha de orientação do que tem vindo a apresentar, continuando a dedicar especial atenção à qualidade de serviços prestados aos clientes e na formação dos colaboradores.

5. Aplicação de Resultados

É proposto pela Gerência da Empresa que o resultado líquido do exercício de 2019, o qual se cifrou em 8.257,24€, seja aplicado do seguinte modo:

- Resultados transitados: 8.257,24€

6. Notas Finais

A gerência da Publisegur, acrescenta ainda uma palavra de agradecimento por toda a confiança manifestada pelos órgãos sociais, e pela cooperação de todos os colaboradores, clientes, instituições bancárias, fornecedores e das demais entidades que com ela se relacionaram.

7. Por fim, declara ainda que:

1. A empresa não é devedora quer ao Estado quer à Segurança Social por quaisquer dívidas fiscais em situação de mora. Dá-se deste modo cumprimento ao disposto no artigo 2º do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de Novembro e no artigo 210º da Lei n.º 110/2009, de 16 de Setembro (Código Contributivo).
2. Não ocorreram factos relevantes após o termo do exercício.
3. Não existem quotas próprias detidas pela empresa.
4. A empresa dispõe de cinco sucursais.

5. Não houve quaisquer autorizações concedidas nem se praticaram negócios entre a sociedade e a sua gerência.

Guarda, 21 de Maio de 2020

A Gerência,

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Maria Tel", with a long, sweeping diagonal stroke extending from the bottom right of the signature.

Contas

Exercício de 2019

PUBLISEGUR – CORRETORES DE SEGUROS, LDA.

Balanço individual em 31 de Dezembro de 2019

Unidade Monetária: euros

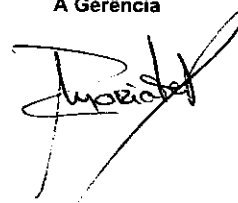
Unidade monetária: euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2019	31/12/2018
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	8/9	234 539,98	232 206,22
Activos intangíveis	7	34 500,00	590,32
Outros investimentos financeiros		750,00	750,00
		269 789,98	233 546,54
Activo Corrente			
Clientes	14	2 586,80	13 391,39
Estado e outros entes públicos	17	870,00	14 764,40
Outros créditos a receber	14	56 486,35	14 186,34
Diferimentos	14 / 17	8 803,88	1 830,53
Outros investimentos financeiros	4	0,00	25 000,00
Caixa e depósitos bancários	4	63 265,12	93 958,72
		132 012,15	163 131,38
Total do activo		401 802,13	396 677,92
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	14	50 000,00	50 000,00
Reservas legais		10 000,00	10 000,00
Resultados transitados		141 097,91	135 261,11
		201 097,91	195 261,11
Resultado líquido do período		8 257,24	5 836,80
Total do capital próprio		209 355,15	201 097,91
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	9/14	140 799,37	149 647,49
		140 799,37	149 647,49
Passivo corrente			
Fornecedores	14	3 497,19	4 967,19
Estado e outros entes públicos	17	9 566,64	1 205,01
Financiamentos obtidos	9/14	6 571,91	13 707,92
Outras dívidas a pagar	14	32 011,87	26 052,40
		51 647,61	45 932,52
Total do passivo		192 446,98	195 580,01
Total do capital próprio e do passivo		401 802,13	396 677,92

Guarda, 21 de Maio de 2020

O Contabilista Certificado
Membro n.º 4557

A Gerência



PUBLISEGUR – CORRETORES DE SEGUROS, LDA.

Demonstração individual das alterações no capital próprio período findo em 31 de Dezembro de 2018

NOTAS	DESCRIÇÃO	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										Unidade Monetária: euros		
		Capital Subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Translatados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / Outras variações do capital próprio	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
1	POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO findo em 31-12-2018	50 000,00	0,00	0,00	0,00	10 000,00	0,00	50 048,59	0,00	0,00	85 212,52	185 261,11	0,00	195 261,11
	ALTERAÇÕES NO PERÍODO													
	Primeira adopção de novo referencial contabilístico											0,00		0,00
	Alterações de políticas contabilísticas											0,00		0,00
	Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											0,00		0,00
2	Realização de excedente de revalorização											0,00		0,00
	Excedentes de revalorização											0,00		0,00
	Ajustamentos por impostos diferidos											0,00		0,00
	Outras alterações reconhecidas no capital próprio											0,00		0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	85 212,52	0,00	0,00	(85 212,52)	0,00	0,00	0,00
3	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO													
	RESULTADO INTEGRAL													
4=2+3	OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO													
	Realizações de capital											5 836,80		5 836,80
	Realizações de prémios de emissão											0,00		0,00
	Distribuições											0,00		0,00
	Entradas para cobertura de perdas											0,00		0,00
5	Outras operações											0,00		0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6=1+2+3+5	POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 31-12-2018	50 000,00	0,00	0,00	0,00	10 000,00	0,00	135 261,11	0,00	0,00	5 836,80	201 097,91	0,00	201 097,91

PUBLISEGUR – CORRETORES DE SEGUROS, LDA.

Demonstração individual das alterações no capital próprio período findo em 31 de Dezembro de 2019

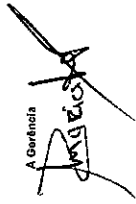
NOTAS		Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										Unidade Monetária: euros			
		Capital Subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Translatados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / Outras variações do capital próprio	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio	
6	POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO findo em 31-12-2019	50 000,00	0,00	0,00	0,00	10 000,00	0,00	135 261,11	0,00	0,00	5 836,80	201 097,91	0,00	201 097,91	
7	ALTERAÇÕES NO PERÍODO Primeira adopção de novo referencial contabilístico Alterações de políticas contabilísticas Diferenças de conversão de demonstrações financeiras Realização de excedente de revalorização Excedentes de revalorização Ajustamentos por impostos diferidos Outras alterações reconhecidas no capital próprio														
8	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO														
9=7+8	RESULTADO INTEGRAL														
9=7+8	OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO Realizações de capital Realizações de prémios de emissão Distribuições Entradas para cobertura de perdas Outras operações														
10	POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 31-12-2019	50 000,00	0,00	0,00	0,00	10 000,00	0,00	141 097,91	0,00	0,00	8 257,24	209 355,15	0,00	209 355,15	

Guarda, 21 de Maio de 2020

O Contabilista Certificado
Membro n.º 4557



A Gerência



PUBLISEGUR – CORRETORES DE SEGUROS, LDA.

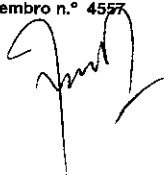
Demonstração individual dos resultados por naturezas
Período findo em 31 de Dezembro de 2019

Unidade Monetária: euros

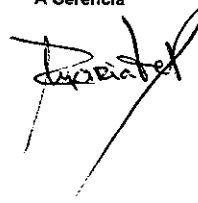
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		31/12/2019	31/12/2018
Vendas e serviços prestados	11	414 909,62	307 694,69
Subsídios à exploração		2 649,58	463,21
Fornecimentos e serviços externos	17	(164 102,27)	(105 081,14)
Gastos com o pessoal	15	(223 770,65)	(171 914,35)
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizações (perdas/reversões)	7/10	(590,32)	(1 356,23)
Outros rendimentos	17	8 436,92	2 781,87
Outros gastos	17	(6 661,96)	(4 959,65)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos		30 870,92	27 628,40
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	8	(13 044,21)	(11 445,16)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		17 826,71	16 183,24
Juros e gastos similares suportados	14	(6 094,17)	(7 889,30)
Resultado antes de impostos		11 732,54	8 293,94
Imposto sobre o rendimento do período	13	(3 475,30)	(2 457,14)
Resultado líquido do período		8 257,24	5 836,80

Guarda, 21 de Maio de 2020

O Contabilista Certificado
Membro n.º 4557



A Gerência



PUBLISEGUR – CORRETORES DE SEGUROS, LDA.

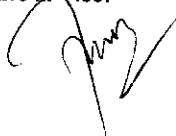
Demonstração individual de fluxos de caixa

Período findo em 31 de Dezembro de 2019

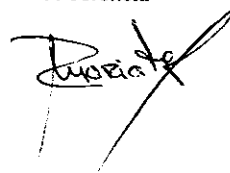
Unidade Monetária: euros

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		31/12/2019	31/12/2018
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes		425 714,21	321 594,08
Pagamentos a fornecedores		(165 572,27)	(129 110,64)
Pagamentos ao pessoal		(223 770,65)	(171 914,35)
Caixa gerada pelas operações		36 371,29	20 569,09
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(3 475,30)	(2 457,14)
Outros recebimentos/pagamentos		8 366,68	(40 044,26)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		41 262,67	(21 932,31)
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		(15 377,97)	(2 589,98)
Activos intangíveis		(34 500,00)	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		0,00	0,00
Activos intangíveis		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		(49 877,97)	(2 589,98)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(15 984,13)	(22 619,88)
Juros e gastos similares		(6 094,17)	(7 889,30)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		(22 078,30)	(30 509,18)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(30 693,60)	(55 031,47)
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		93 958,72	148 990,19
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4.1	63 265,12	93 958,72

Guarda, 21 de Maio de 2020

O Contabilista Certificado
Membro n.º 4557

A Gerência



Anexo às Demonstrações Financeiras

Exercício de 2019

ANEXO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE E PERÍODO DE RELATO:

1.1 Designação da Entidade:

PUBLISEGUR – CORRETORES DE SEGUROS, LDA.

1.2 Sede:

Sediada no Largo de São João, Centro Comercial Garden, Loja 43, freguesia da Guarda.

1.3 Natureza da atividade:

Tem como objeto social a mediação de seguros (C.A.E. 66220-R3) e número de pessoa coletiva 505.100.436.

1.4 Designação e sede da empresa-mãe final:

Mistelíder, S.A.

Lg. S. João Garden Shopping Center Lj 21 6300-752 Guarda

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 As demonstrações financeiras apresentadas têm como referencial contabilístico o Sistema de Normalização Contabilística, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, com as alterações decorrentes do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho, tendo assim sido adotadas as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF).

2.2 *Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.*

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da sociedade, mantidos de acordo com as disposições do Sistema de Normalização Contabilística em vigor, com a flexibilidade permitida em função da situação concreta da empresa. Os pressupostos subjacentes, características qualitativas das Demonstrações Financeiras e normas contabilísticas adequadas foram aplicados com ponderação. As contas apresentadas expressam, com clareza, uma imagem verdadeira e apropriada do património, da posição financeira e dos resultados das operações realizadas no período a que se reportam. Adotaram-se, também, as práticas contabilísticas consignadas na legislação fiscal em vigor.

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3. *Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.*

As demonstrações financeiras do exercício de 2019 são comparáveis na sua plenitude com as do exercício de 2018.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1 *Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:*

As Demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro.

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

b) Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

Tais ativos correspondem a carteiras de seguros adquiridas nos termos do artigo 44º do Decreto-Lei n.º 144/2006 com vidas úteis indefinidas, uma vez que não existe limite previsível para o período durante o qual se espera que os ativos gerem fluxos de caixa líquidos para a entidade.

Anualmente são efetuados testes de imparidade, comparando a quantia recuperável com a quantia escriturada.

Fiscalmente e na sequência de despacho da Senhora Diretora de Serviços de IRC de 07/02/2012, foi autorizada a sua dedutibilidade.

c) Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites, deduzidos das correspondentes depreciações.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. Fiscalmente, as depreciações estão enquadradas nas taxas máximas permitidas pelo Decreto Regulamentar nº 25/2009.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

- d) **Locação Financeira** – Encontra-se registado em Ativos Fixos Tangíveis um imóvel adquirido em exercícios anteriores com recurso a locação financeira, encontrando-se a dívida à Sociedade Financeira registada no Passivo, em Financiamentos obtidos, pelo respetivo custo de aquisição.

Mensalmente, ao efetuar-se o pagamento das rendas, evidencia-se quer o montante do capital amortizado quer o juro.

- e) **Acréscimos e Diferimentos** - A Empresa regista nestas rubricas, de acordo com o princípio do acréscimo, as despesas e as receitas imputáveis ao presente exercício que apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios pelo valor que lhes corresponde.

f) **Rédito**

O rédito é proveniente das prestações de serviços e é integralmente referente à obtenção de comissões de seguros decorrentes da atividade exercida, sendo reconhecido pelo justo valor do montante a receber.

g) **Impostos sobre o rendimento**

A estimativa de IRC é apurada de acordo com a matéria coletável estimada, tendo em conta o previsto no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC).

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das

circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2016 a 2019 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

h) Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Cientes e outras contas a receber

Os movimentos com clientes e outras contas a receber são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros.

Outras dívidas a terceiros e Sócios

As contas de outros terceiros e sócios encontram-se mensuradas pelo método do custo.

Financiamentos Obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro nominal são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos não correntes quando a empresa tem o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato. Nos restantes casos são contabilizados em passivos correntes.

Os financiamentos referem-se a empréstimo efetuado pelos sócios à empresa e dívida referente a contrato de locação financeira.

Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas «Outras créditos a receber e outras dívidas a pagar» e «Diferimentos».

Depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e depósitos bancários correspondem aos valores em depósitos bancários, imediatamente realizáveis.

i) Benefícios de empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, subsídio de alimentação, ajudas de custo, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Gerência.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

j) Eventos subsequentes

Não existem eventos subsequentes suscetíveis de divulgação.

3.2. Outras políticas contabilísticas relevantes:

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente com o previsto nas NCRF. Em cada Balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidades, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados sempre que possa ser medido de forma fiável.

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

3.3 Juízos de valor, excetuando os que envolvem estimativas, que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras:

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro que tenham risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte:

As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspetiva de continuidade não tendo a empresa intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações.

3.5 Principais fontes de incerteza das estimativas que tenham um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte:

Não existem situações que afetem ou coloquem algum grau de incerteza materialmente relevante nas estimativas previstas nas demonstrações financeiras anexas.

4. Fluxos de caixa

4.1 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Rubrica	2019	2018
Caixa	2 116	619
Depósitos à Ordem	61 149	93 340
Outros investimentos financeiros	-	25 000
Total	63 265	118 959

5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Não foram detetados erros relativamente aos períodos anteriores, pelo que não se procedeu a qualquer correção por reexpressão retrospectiva, nas correspondentes rubricas do exercício de 2018, de acordo com a NCRF 4.

6. PARTES RELACIONADAS

6.1 Remunerações do Pessoal Chave da Gestão

A remuneração da gerência ascendeu a 33.843,56 euros.

6.2 Saldos com partes relacionadas:

Rubrica	Saldo 31-12-2019	Nat.	Saldo 31-12-2018	Nat.
26 - Sócios	14.186	Devedor	14.186	Devedor
25 - Financiamentos de Sócios	82.976	Credor	85.027	Credor
21/22 - Interglobal	0	Credor	1.207	Credor

7. ATIVOS INTANGÍVEIS**7.1 Divulgações sobre ativos intangíveis****a) Critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta:**

Quantia escriturada de cada ativo intangível avaliado como tendo uma vida útil indefinida e razões que apoiam a avaliação de uma vida útil indefinida:

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição.

Tal como mencionado no ponto 3.1 b), a integralidade dos ativos intangíveis corresponde a carteiras de seguros adquiridas nos termos do artigo 44º do Decreto-Lei n.º 144/2006, com vidas úteis indefinidas, uma vez que não existe limite previsível para o período durante o qual se espera que os ativos gerem fluxos de caixa líquidos para a entidade.

Em 31-12-2019 foram efetuados testes de imparidade, comparando a quantia recuperável com a quantia escriturada.

Tais testes consistiram na análise objetiva ao valor recuperável dos ativos subjacentes, subtraindo-se ao valor escriturado o montante proporcional de apólices canceladas.

Conforme Ofício n.º 3360 de 16-02-2012 enviado pela Direção de Serviços do Imposto sobre O Rendimento das Pessoas Coletivas à empresa, estas imparidades têm aceitação fiscal.

b) Quantia bruta escriturada e qualquer imparidade acumulada no começo e fim do período:

Rubricas	Situação Final (31-12-2019)			Situação Final (31-12-2018)		
	Quantia Bruta	Imparidades acumuladas	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Imparidades acumuladas	Quantia escriturada
Carteiras de Seguros	239 206 €	204 706 €	34 500 €	205 296 €	204 706 €	590 €
Total	239 206 €	204 706 €	34 500 €	205 296 €	204 706 €	590 €

- c) *Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as revalorizações, as alienações, os ativos classificados como detidos para venda, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações:*

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Adições	Revalorizações	Alienações	Amortizações	Perdas imparidade	Saldo Final
Carteiras de seguros	590 €	34 500 €	0 €	0 €	0 €	590 €	34 500 €
Total	590 €	34 500 €	0 €	0 €	0 €	590 €	34 500 €

7.3. Quantia de compromissos contratuais para aquisição de ativos intangíveis.

Não existem compromissos contratuais para a aquisição de ativos intangíveis. As carteiras de seguros adquiridas em anos anteriores encontram-se totalmente pagas.

8. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

8.1 Divulgações sobre ativos fixos tangíveis

- a) *Critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta:*

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas depreciações acumuladas.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros.

- b) *Métodos de depreciação usados:*

As depreciações foram efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos.

- c) *Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas:*

As vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada, enquadrando-se nas taxas máximas constantes do Decreto Regulamentar n.º 25/2009:

Activos fixos tangíveis	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	3 a 50
Equipamento básico	3 a 8
Equipamento de transporte	4 a 5
Equipamento administrativo	3 a 8

d) Quantia escriturada bruta e depreciação acumulada (agregada com perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período:

Rubricas	Situação Final(31-12-2019)			Situação Final(31-12-2018)		
	Quantia Bruta	Depreciações e Imparidades acumuladas	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Depreciações e Imparidades acumuladas	Quantia escriturada
Terrenos e recursos naturais	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Edifícios e outras construções	258 636 €	50 556 €	208 079 €	258 636 €	45 384 €	213 252 €
Equipamento básico	41 259 €	26 379 €	14 880 €	32 787 €	22 391 €	10 395 €
Equipamento de transporte	5 800 €	5 800 €	0 €	42 795 €	42 795 €	0 €
Equipamento administrativo	44 425 €	32 845 €	11 580 €	37 520 €	28 961 €	8 559 €
Investimentos em Curso	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Total	350 120 €	115 580 €	234 540 €	371 737 €	139 531 €	232 206 €

c) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as revalorizações, as alienações, os ativos classificados como detidos para venda, as depreciações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações:

Rubricas	Saldo Inicial	Adições	Revalorizações	Alienações/Abates	Depreciações	Perdas imparidade	Saldo Final
Edifícios e outras construções	213 252 €				5 173 €		208 079 €
Equipamento básico	10 395 €	8 473 €			3 988 €		14 880 €
Equipamento de transporte	0 €						0 €
Equipamento administrativo	8 559 €	6 905 €			3 884 €		11 580 €
Investimentos em Curso	0 €						0 €
Total	232 206 €	15 378 €	0 €	0 €	13 044 €	0 €	234 540 €

8.2 Quantia de compromissos contratuais para aquisição de ativos fixos tangíveis:

Em anos anteriores foram adquiridas com recurso a locação financeira as frações autónomas designadas pelas letras “TCA” e “UAC”, ambas na 1ª Cave – Zona CA, loja 43 e 44, respetivamente, do prédio urbano sito no largo de São João, Blocos A, B, C, D (Centro Comercial Garden - Guarda) sendo portanto a sociedade locadora a legítima possuidora dos imóveis.

Foi também adquirida com recurso a locação financeira a fração autónoma UCB, referente a uma loja no rés-do-chão do prédio urbano sito no largo de São João, Blocos A, B, C, D (Centro Comercial Garden - Guarda) sendo portanto a sociedade locadora a legítima possuidora dos imóveis.

9. LOCAÇÕES**a) Quantia escriturada líquida à data do balanço, para cada categoria de ativo:**

Designação do Bem	Activo Bruto	Amortização Exercício	Amortizações Exercícios Anteriores	Activo Líquido
Fracções TCA e UAC - lojas 43 e 44 - CC Garden (Guarda)	84 001	1 680,02	25 920	56 401
Fracção UCB - Lojas 21 - CC Garden (Guarda)	174 635	3 492,70	17 464	153 679
TOTAL	258 636	5 173	43 384	210 079

b) Reconciliação entre o total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data do balanço, e o seu valor presente:

Estima-se que as diferenças entre o total dos futuros pagamentos mínimos das locações financeiras no final do período e os seus valores presentes não sejam consideráveis, atendendo à taxa efetiva praticada nestes financiamentos.

c) Total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data do balanço, e o seu valor nominal, para cada um dos seguintes períodos:

Descrição	Valor data do balanço	Valor presente < 1 ano (2020)	Valor presente 1>5 <anos (2021 - 2024)	Valor presente > 5 anos (2026)
Contrato locação financeira CLF	64 395 €	6 572 €	32 860 €	24 964 €
Total	64 395 €	6 572 €	32 860 €	24 964 €

Em 31 de Dezembro de 2019, as responsabilidades refletidas na demonstração da posição financeira da entidade relativas a locações financeiras tinham o seguinte plano de pagamento:

Passivo corrente (ano 2020): 6.572 €

Passivo não corrente (ano 2021 e seguintes): 57.824 €

As obrigações financeiras por locações são garantidas pela titularidade dos imóveis.

10. IMPARIDADE DE ACTIVOS**10.1 Quantia de perdas por imparidade reconhecidas nos resultados durante o período:**

No exercício de 2019 foram efetuados testes de imparidade aos ativos intangíveis resultantes das aquisições de carteiras de seguros relativamente às quais não existe limite previsível para o período durante o qual se espera que os ativos gerem influxos de caixa líquidos para a entidade.

Rubricas	Depreciações e imparidades acumuladas			
	Saldo Final (31-12-2018)	Reforço	Reversão	Saldo Final (31-12-2019)
Carteiras de Seguros	204 706 €	590 €		205 296 €
Total	204 706 €	590 €	0 €	205 296 €

10.2 Por cada perda material por imparidade reconhecida ou revertida durante o período para um ativo individual, ou para uma unidade geradora de caixa:**a) Acontecimentos e circunstâncias que conduziram ao reconhecimento da perda por imparidade:**

As perdas por imparidade reconhecidas resultam do teste anual efetuado à quantia recuperável dos ativos associados às carteiras de seguros adquiridas e com vidas úteis indefinidas.

O teste realizado assentou na determinação objetiva do valor de cada apólice (de cada carteira adquirida) cancelada no exercício de 2019.

11. RÉDITO**11.1 Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços**

O rédito encontra-se mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

Rubricas	2019	2018	Variação	Variação %
Prestações de Serviços	414 910	307 695	107 215	35%

12. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO**12.1. Autorização para emissão:**

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2019 foram aprovadas pela Gerência e autorizadas para emissão em 21 de Maio de 2020.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração das presentes demonstrações financeiras, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

É de conhecimento geral que o início do ano de 2020 foi marcado pelo aparecimento do surto pandémico designado de COVID-19. Para além do impacto que esta pandemia teve sobre a saúde pública, também corresponde a um choque económico adverso com efeitos muito significativos e potencialmente prolongados no tempo em termos do bem-estar dos cidadãos e da atividade das empresas.

No que diz respeito à indústria seguradora, prevê-se que com o aparecimento desta pandemia o setor vá ter um impacto significativo, não só a curto prazo, mas também nos efeitos mais prolongados.

Numa lógica de curto prazo, o património das seguradoras, sobretudo as que comercializam seguros de vida e que dependem em grande parte da performance do risco financeiro, será afetado do lado das responsabilidades perante os clientes, haverá um aumento das indemnizações que se traduz numa deterioração dos resultados e num aumento dos níveis de provisionamento.

A Autoridade de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) adotou um conjunto de medidas de flexibilização, em termos prudenciais, comportamentais e de supervisão, para esta situação epidemiológica.

No entanto, apesar dos impactos decorrentes do aparecimento desta pandemia a atividade da empresa o pressuposto da continuidade, utilizado na preparação das demonstrações financeiras, não é minimamente posto em causa.

12.2 Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço.

Não foram recebidas informações após a data do balanço acerca de condições que existiam à data do balanço.

12.3 Acontecimentos após a data do balanço que não deram lugar a ajustamentos.

Não ocorrem acontecimentos após a data do balanço que tenham dado lugar a ajustamentos.

13. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

13.1 Relacionamento entre gasto de impostos e lucro contabilístico:

Reconciliação numérica entre a taxa média efetiva de imposto e a taxa de imposto aplicável, e indicação da base pela qual é calculada a taxa de imposto aplicável.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Resultado contabilístico antes de impostos	11 733 €	8 294 €
Resultado tributável	13 806 €	8 690 €
Taxa de imposto (IRC)	17%	17%
Imposto estimado	2 347 €	1 477 €
Tributações autónomas	990 €	893 €
Derrama	138 €	87 €
Total de Imposto (IRC) do período	3 475 €	2 457 €
Taxa efectiva de imposto (IRC)	30%	30%

14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

14.1 Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras.

Os instrumentos financeiros encontram-se mensurados pelo seu valor de custo.

Categorias de ativos e passivos financeiros:

14.2. Quantia escriturada de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros, no total e para cada um dos tipos significativos de ativos e passivos financeiros de entre cada categoria.

14.2.1 Clientes/Fornecedores/Outros créditos a receber e outras dívidas a pagar/pessoal

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, as rubricas de clientes, fornecedores, outros créditos a receber e outras dívidas a pagar e pessoal apresentavam a seguinte decomposição:

Rubricas	Situação em 31/12/2019			Situação em 31/12/2018		
	Activos e passivos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total	Activos e passivos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total
Activos						
Cientes	2 587 €	0 €	2 587 €	13 391 €	0 €	13 391 €
Outras créditos a receber	56 486 €	0 €	56 486 €	14 186 €	0 €	14 186 €
Estado e outros entes publicos	870 €	0 €	870 €	14 764 €	0 €	14 764 €
Diferimentos	8 804 €	0 €	8 804 €	1 831 €	0 €	1 831 €
Total	68 747 €	0 €	68 747 €	44 173 €	0 €	44 173 €
Passivos						
Fornecedores	3 497 €	0 €	3 497 €	4 967 €	0 €	4 967 €
Estado e outros entes publicos	9 567 €	0 €	9 567 €	1 205 €	0 €	1 205 €
Outras dívidas a pagar	32 012 €	0 €	32 012 €	26 052 €	0 €	26 052 €
Total	45 076 €	0 €	45 076 €	32 225 €	0 €	32 225 €

14.2.2 Financiamentos obtidos

Modalidades de financiamento	Situação em 31/12/2019			Situação em 31/12/2018		
	Passivo corrente	Passivo não corrente	Total	Passivo corrente	Passivo não corrente	Total
Empréstimos bancários	0 €	0 €	0 €	7 500 €	0 €	7 500 €
Locações financeiras	6 572 €	57 824 €	64 395 €	6 208 €	64 621 €	70 829 €
Empresa-mãe - suprimentos e outros mútuo	0,00	82 976 €	82 976 €	0,00	85 027 €	85 027 €
Total	6 572 €	140 799 €	147 371 €	13 708 €	149 647 €	163 355 €

14.2.3 Instrumentos de Capital Próprio

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, eram os seguintes os Instrumentos de capital próprio mensurado ao custo:

Rubrica	31/12/2019	31/12/2018
Capital Próprio		
Capital social realizado	50 000	50 000
Total	50 000	50 000

14.3 Total de rendimento de juros e total de gasto de juros para ativos e passivos financeiros não mensurados ao justo valor com contrapartida em resultados.

Rubricas	Situação em 31/12/2019			Situação em 31/12/2018		
	Rendimento de juros	Gastos de juros	Diferença	Rendimento de juros	Gastos de juros	Diferença
Passivos financeiros						
Financiamentos Obtidos		6 094 €	-6 094 €		7 889 €	-7 889 €
Total do Passivo	0 €	6 094 €	-6 094 €	0 €	7 889 €	-7 889 €

14.4 Indicação das quantias do capital social nominal e do capital social por realizar e respetivos prazos de realização.

O capital social no montante de 50.000 euros encontra-se integralmente realizado.

14.5 Número de ações/quotas representativas do capital social, respetivas categorias e valor nominal.

O capital social encontra-se dividido em três quotas de valor nominal de 7.500€, 7.500€ e 35.000€.

14.6 Reconciliação, para cada classe de ações/quotas, entre o número de ações/quotas em circulação no início e no fim do período.

O número de quotas não teve alteração do início até ao fim do período.

14.7 Quantias de aumentos de capital realizado no período e a dedução efetuada como custos de emissão.

No exercício de 2019 não houve qualquer aumento de capital social.

15. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os gastos com o pessoal foram os seguintes:

Gastos com Pessoal	31/12/2019	31/12/2018
Remunerações dos Órgãos Sociais		
Remunerações do Pessoal	188 988 €	145 053 €
Encargos sobre remunerações	33 642 €	26 111 €
Seguros de acidentes de trabalho	863 €	435 €
Outros gastos com o Pessoal	278 €	315 €
Total	223 771 €	171 914 €

O número médio de funcionários durante o período foi de 12 (11 no ano anterior).

Não existem quaisquer situações de benefícios pós-emprego, outros benefícios a longo prazo de empregados e bem assim benefícios atribuídos a título de cessação de emprego.

16. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS**16.1 Artigo 66º-A do Código das Sociedades Comerciais**

Dando cumprimento à alínea b) do artigo 66.º-A do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que os honorários anuais relativos à prestação de serviços de Revisão Legal de Contas ascendem a 1.200 euros (sem IVA), não tendo sido faturados quaisquer outros serviços pela SROC, no ano de 2019. Em 31 de Dezembro a dívida de honorários ao Fiscal Único / SROC era de zero euros.

17. OUTRAS INFORMAÇÕES

17.1 – Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a rubrica de «Estado e outros entes públicos» apresentava a seguinte decomposição:

Estado e Outros Entes Públicos	Situação em 31/12/2019			Situação em 31/12/2018		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Activos						
Imposto sobre o rendimento	870 €		870 €	14 764 €	0 €	14 764 €
Total do activo	870 €	0 €	870 €	14 764 €	0 €	14 764 €
Passivos						
Imposto sobre o rendimento	3 475 €		3 475 €	0 €		0 €
Retenção de impostos s/ rendimento	2 048 €		2 048 €	1 182 €		1 182 €
Contribuições p/ Segurança Social	4 043 €		4 043 €	0 €		0 €
Outros impostos	0 €		0 €	23 €		23 €
Total do passivo	9 567 €	0 €	9 567 €	1 205 €	0 €	1 205 €

17.2 - Diferimentos

A conta de diferimentos engloba gastos com 8.804€ a serem reconhecidos na demonstração de resultados do período seguinte, de acordo com o princípio do acréscimo (especialização dos exercícios).

17.3 – Outros gastos / Outros rendimentos

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, as rubricas da demonstração de resultados Outros gastos e Outros rendimentos e apresentavam a seguinte decomposição:

Rubricas	31/12/2019	31/12/2018
Outros gastos		
Impostos	2 473 €	1 310 €
Correcções relativas a períodos anterior		174 €
Donativos	1 455 €	1 095 €
Quotizações	2 733 €	2 160 €
Outros não especificados		221 €
Total	6 662 €	4 960 €
Outros rendimentos		
Recuperação de dívidas a receber	5 000 €	0 €
Ganhos em inventários	55 €	0 €
Rendimentos em investimentos não finance	2 500 €	28 €
Correcções relativas a períodos anteriores	491 €	0 €
Excesso da estimativa para impostos	391 €	0 €
Outros não especificados	0 €	2 754 €
Total	8 437 €	2 782 €

17.3 – Fornecimentos e Serviços Externos

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, as rubricas da demonstração de resultados *Fornecimentos e Serviços Externos* apresentavam a seguinte decomposição:

Fornecimentos e Serviços Externos	31/12/2019	31/12/2018
Serviços Especializados		
Trabalhos Especializados	32 204	9 818
Publicidade e Propaganda	7 599	1 974
Honorários	20 126	6 532
Conservação e Reparação	9 927	4 337
Materiais		
Ferramentas e ut. desg. rápido	5 451	3 139
Material de escritório	7 550	4 539
Artigos para oferta	0	308
Energia e Fluidos		
Electricidade	5 703	5 757
Combustíveis	12 027	7 713
Água	442	183
Deslocações, estadas e transportes		
Deslocações e estadas	10 680	10 976
Serviços diversos		
Rendas e alugueres	27 698	29 412
Comunicação	10 085	8 187
Seguros	6 802	6 357
Contencioso e notariado	70	206
Limpeza, higiene e conforto	2 630	1 759
Outros Serviços	5 108	3 883
Total	164 102	105 081

18. RELATO FINANCEIRO DOS MEDIADORES DE SEGUROS OU DE RESSEGUROS

18.1 – Políticas contabilísticas adotadas para reconhecimento das remunerações.

A Publisegur reconhece o rédito/remuneração de acordo com as normas em vigor, sendo que, em particular e por regra no exercício da atividade de mediação de seguros, reconhece o rendimento pelo justo valor das quantias recebidas ou a receber proveniente das comissões das seguradoras.

18.2 – Total das remunerações recebidas desagregadas por natureza e por tipo.

Por Natureza	Remunerações	
	2019	2018
Numerário/Cheque/Transferência	412 323 €	294 304 €
Remunerações a receber	2 587 €	13 391 €
TOTAL PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	414 910 €	307 695 €
Rendimentos em Espécie (Incentivos Comerciais)	0 €	0 €
Total	414 910 €	307 695 €

18.3 – Total das remunerações relativas aos contratos de seguro desagregadas por Ramo “Vida”, Fundos de Pensões e conjunto dos ramos “Não Vida”, e por origem.

Por entidade	Remunerações					
	Ramo Vida		Ramos Não Vida		Fundos de Pensões	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Empresas de Seguros	15 855 €	7 887 €	398 043 €	296 209 €	0 €	0 €
Outros Mediadores		0 €	1 012 €	3 598 €	0 €	0 €
Clientes		0 €		0 €	0 €	0 €
TOTAL	15 855 €	7 887 €	399 055 €	299 807 €	0 €	0 €

18.4 – Níveis de concentração das remunerações auferidas pela carteira.

Por entidade	Remunerações	
	2019	2018
Empresas de Seguros	99,8%	98,8%
Outros Mediadores	0,2%	1,2%
Clientes	0,0%	0,0%
TOTAL	100%	100%

18.5 – Valores das contas “clientes” no início e final do exercício, assim como o volume movimentado no ano, aplicável para os mediadores de seguros que movimentem fundos relativos a contratos de seguros;

Em 31-12-2019 e 31-12-2018 os saldos da conta “clientes (seguradoras)” eram os seguintes:

	31/12/2019	31/12/2018
Conta Clientes	2 587 €	13 391 €

18.6 – Contas a receber e a pagar desagregadas por origem.

Por entidade	Saldo contabilístico existente no final do exercício			
	Contas a Receber		Contas a Pagar	
	2019	2018	2019	2018
Tomadores de seguro, segurados ou beneficiários	0 €	0 €	0 €	0 €
Empresas de seguros	2 587 €	13 391 €	0 €	0 €
Empresas de Resseguros	0 €	0 €	0 €	0 €
Outros mediadores	0 €	0 €	0 €	0 €
Clientes	0 €	0 €	0 €	0 €
TOTAL	2 587 €	13 391 €	0 €	0 €

18.7 – Valores agregados incluídos nas contas a receber e a pagar.

Por natureza	Saldo contabilístico existente no final do exercício			
	Contas a Receber		Contas a Pagar	
	2019	2018	2019	2018
Fundos recebidos com vista serem transferidos para as empresas de (res)seguros para pagamento de prémios de (res)seguro	2 587 €	13 391 €	0 €	0 €
Fundos em cobrança com vista a serem transferidos para as empresas de (res)seguros para pagamento de prémios de (res)seguro	0 €	0 €	0 €	0 €
Fundos que lhe foram confiados pelas empresas de (res)seguros com vista a serem transferidos para tomadores de seguro, segurados ou beneficiários (ou empresas de seguros no caso da actividade de mediação de resseguros)	0 €	0 €	0 €	0 €
Remunerações respeitantes a prémios de (res)seguro já cobrados e por cobrar	0 €	0 €	0 €	0 €
Outras quantias:	0 €	0 €	0 €	0 €
Diferimentos	8 804 €	1 831 €	0 €	0 €
Remunerações a Liquidar	0 €	0 €	0 €	0 €
Aquisição de carteira de seguros	0 €	0 €	0 €	0 €
Outros não relacionados com seguros	0 €	0 €	0 €	0 €
Acréscimo de gastos	0 €	0 €	32 012 €	26 052 €
TOTAL	11 391 €	15 222 €	32 012 €	26 052 €

18.8 – Idade das contas a receber vencidas à data de relato (final de exercício).

Contas a receber	Até 8 dias		Até 15 dias		Até 30 dias	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Sem imparidade	0 €	0 €	0 €	0 €	2 587 €	13 391 €
Com imparidade	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
TOTAL	0 €	0 €	0 €	0 €	2 587 €	13 391 €

18.9 – Garantias colaterais detidas a título de caução e outros aumentos de crédito.

Não Aplicável.

18.10 – Transmissões de carteiras de seguros.

Carteira de Seguros			
Transmissões recebidas		Transmissões efectuadas	
2019	2018	2019	2018
-	-	-	-

18.11 – Contratos cessados com empresas de seguros e indemnizações de clientela.

Contratos de mediação de seguros cessados	Indemnizações de Clientela	
	2019	2018
	-	-

18.12 – Natureza de obrigações materiais, incluindo passivos contingentes.

Obrigações Materiais	Obrigações Materiais	
	2019	2018
	-	-

18.13 – Empresas de seguros cujas remunerações pagas ao corretor de seguros representem, cada uma, pelo menos 5% do total das remunerações.

Remunerações				
Cód. ASF	Segurador	Vida	Não Vida	Total
1197	Seguradoras Unidas, S.A.	1 347,91 €	185 929 €	187 277 €
1011	Fidelidade S.A.	1 522,26 €	79 958 €	81 481 €
1205	Liberty, S.A.	2 793,56 €	70 136 €	72 930 €
	Total	5 664 €	336 024 €	341 688 €

18.14 – Valor total dos fundos recebidos pelo corretor de seguros com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios relativamente aos quais as mesmas não lhe tenham outorgado poderes para o recebimento em seu nome.

Transferência de valores (prémios) para entrega às empresas de seguros em relação aos quais o corretor não tem poderes de cobrança	Valor total dos fundos	
	2019	2018
	0,00 €	0,00 €

18.15 – Valor total dos fundos recebidos pelo mediador de resseguros com vista a serem transferidos para os resseguradores para pagamento de prémios relativamente aos quais as mesmas não lhe foram outorgados poderes de cobrança.

Transferência de valores (prémios) para entrega aos resseguradores em relação aos quais o mediador de resseguros não tem poderes de cobrança	Valor dos fundos	
	2019	2018
	0,00 €	0,00 €

18.16 – Valor total dos fundos que foram confiados ao mediador de resseguros pelos resseguradores com vista a serem transferidos para as empresas de seguros cedentes que não hajam outorgado ao mediador de resseguros poderes de quitação das quantias recebidas.

Transferência de valores (prémios) para entrega às empresas de seguros cedentes que não hajam outorgado ao mediador de resseguros poderes de quitação das quantias recebidas	Valor total dos fundos	
	2019	2018
	0,00 €	0,00 €

18.17 – Apresenta-se em seguida o valor das remunerações auferidas por segurador e segregadas entre os ramos Vida e Não Vida, no exercício de 2019.

Cód. ASF	Segurador	Vida	Não Vida	Total
1197	Seguradoras Unidas, S.A.	1 347,91 €	185 929,11 €	187 277,02 €
1011	Fidelidade S.A.	1 522,26 €	79 958,45 €	81 480,71 €
1205	Liberty, S.A.	2 793,56 €	70 136,33 €	72 929,89 €
1028	Allianz Portugal, S.A.	52,35 €	14 193,42 €	14 245,77 €
1194	Generali, S.A.		13 863,16 €	13 863,16 €
1026	Lusitânia, S.A.		13 702,01 €	13 702,01 €
1129	Ageas Portugal, S.A.		11 804,52 €	11 804,52 €
1021	Generali Vida, S.A.	6 757,20 €	0,00 €	6 757,20 €
1173	Chubb - Sucursal em Portugal	0,00 €	4 204,22 €	4 204,22 €
1160	Victória Seguros, S.A.		2 464,11 €	2 464,11 €
1029	Real Vida, S.A.	1 574,98 €	87,37 €	1 662,35 €
1188	Metlife Europe	969,33 €	0,00 €	969,33 €
1200	Aig - Sucursal em Portugal		763,64 €	763,64 €
4608	Mgen		643,38 €	643,38 €
1025	Lusitânia Vida, S.A.	400,89 €	0,00 €	400,89 €
1039	Ageas Vida, S.A.	396,42 €		396,42 €
1184	Zurich, S.A.	0,00 €	118,05 €	118,05 €
1145	Mapfre Seguros, S.A.	0,00 €	94,43 €	94,43 €
1157	Arag, Se		48,52 €	48,52 €
1096	Victória Seguros Vida, S.A.	36,97 €	0,00 €	36,97 €
1133	Carvela, S.A.	0,00 €	32,53 €	32,53 €
1132	Zurich Vida, S.A.	3,00 €	0,00 €	3,00 €
	Outros			0,00 €
Total		15 854,87 €	398 043,25 €	413 898,12 €

Guarda, 21 de Maio de 2020

O Contabilista Certificado,

Jorge Manuel Morgado Bico
(C.C. nº 4557)

A Gerência,
Isabel Maria Rabaço Felício Costa

Certificação Legal das Contas

Exercício de 2019



SEDE

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50.000 € * S.R.O.C. n.º 176

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **PUBLISEGUR – CORRETORES DE SEGUROS, LDA** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2019 (que evidencia um total de 401.802 euros e um total de capital próprio de 209.355 euros, incluindo um resultado líquido de 8.257 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **PUBLISEGUR – CORRETORES DE SEGUROS, LDA** em 31 de Dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.



Ênfase

1. O relatório de gestão e a nota 12 do anexo divulgam informação qualitativa quanto aos efeitos potenciais na atividade da entidade decorrentes da pandemia COVID-19. Conforme admitido pelo órgão de gestão, embora a atividade possa sofrer uma quebra temporária, tal situação não põe em causa a sua prossecução.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente



SEDE

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50.000 € * S.R.O.C. nº 176

esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;



- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

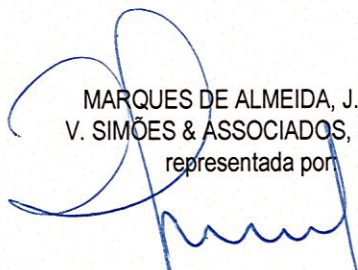
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Guarda, 04 de Junho de 2020


MARQUES DE ALMEIDA, J. NUNES,
V. SIMÕES & ASSOCIADOS, SROC, S.A.
representada por

Victor Manuel Lopes Simões – ROC 780,
registado na CMVM com o n.º 20160413